ATA N.º 41

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões respetiva, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Vila Flor, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, estando presentes os Senhores Vereadores, Fernando Francisco Teixeira de Barros, do PS; Paulo Renato Veiga de Carvalho, do PSD; Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, do PS e Luís Miguel Gonçalves Teixeira, do PS. -----

ORDEM DO DIA:

APROVAÇÃO DE ATAS: -

Presente a Ata n.º 40 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de setembro de 2012, para aprovação pelo Executivo Municipal. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 40 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de setembro de 2012. --**

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SETOR DE CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO: -

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: -

Foi dado conhecimento pelo Senhor Presidente que o Resumo Diário de Tesouraria apresenta um saldo em total disponibilidades de € **1.937.781,88 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos)**. -----

PAGAMENTOS EFETUADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL: -

Presente a relação dos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal no período de 17.09.2012 a 21.09.2012, num total de € **162.352,26 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e dois euros e vinte e seis cêntimos)**. -----

XIV MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 14.^a ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA: -

Presente a 14.^a Alteração ao Orçamento da Despesa no valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros), para aprovação pelo Executivo Municipal. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a 14.^a Alteração ao Orçamento da Despesa no valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros).** -----

XIV MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 9.^a ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -

Presente a 9.^a Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – P.P.I. no valor de 60.000,00 € (sessenta mil euros), para aprovação pelo Executivo Municipal. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a 9.^a Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – P.P.I. no valor de 60.000,00 € (sessenta mil euros).** -----

SETOR DE AÇÃO SOCIAL:-

HABITAÇÕES SOCIAIS – ALTERAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE RENDA – António Joaquim:-

Presente carta de América Augusta Hortelão, arrendatária de uma casa de habitação social, sita na Rua Rainha Santa, n.º 13, a comunicar, de acordo com o Decreto-Lei 166/96, que houve alterações do rendimento e da composição do seu agregado familiar, por motivos do falecimento do seu cônjuge, desde fevereiro de 2012, cuja informação da Técnica Superior de Serviço Social, Hermínia Morais, de 19 de setembro de 2012, dá conta que o titular do contrato de arrendamento “*António Joaquim*”, solicitou a alteração do montante da renda da sua casa de habitação, com base na alteração dos rendimentos/elementos do seu agregado familiar a partir de 1 de março de 2012. Em face do exposto a renda desta habitação deveria ser ajustada (de acordo com o Decreto-Lei 166/93) com efeitos a partir de 1 de março de 2012, passando a pagar a renda apoiada no montante de € 9,99 (nove euros e noventa e nove cêntimos). – **Deliberado, por unanimidade, deferir a alteração da renda para 9,99 € (nove euros e noventa e nove cêntimos).** -----

DIVISÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS: -

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS À CENTRAL DE CAMIONAGEM DE VILA FLOR: -

Presente Informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 20 de setembro de 2012, prestando algumas informações sobre o assunto: -----

1.º A obra “*Remodelação e Requalificação de um Pavilhão Gimnodesportivo em Vila Flor*”

necessitava do fornecimento de gás propano para aquecimento das águas sanitárias em complemento com os painéis solares instalados, bem como, para funcionamento do sistema AVAC. Para tal, foi aberto concurso, através do procedimento de Ajuste Direto, tendo sido convidados os prestadores de serviço que laboram nesta área. Após análise das propostas entregues, a adjudicação foi feita à **DouroGas**, uma vez que era esta a firma que manifestamente apresentou o preço mais baixo, proposta economicamente mais vantajosa para o município, e inclusive previa a construção e certificação do parque de gás sem qualquer custo para a Autarquia; -----

- 2.º A duas centenas de metros, decorria a construção da Central de Camionagem, a qual necessitava igualmente do fornecimento do gás propano, embora diga-se em quantidades claramente inferiores, para alimentação do sistema AVAC; -----
- 3.º Dada a proximidade das obras atrás referenciadas, o Técnico Superior é de opinião que não seria correto nem se justificava uma outra infraestrutura exatamente igual, com menor capacidade, tendente a alimentar exclusivamente a central de camionagem, por razões de proximidade, espaço e desperdício de dinheiros públicos. -----

Neste contexto, o Técnico sugere à Ex.ma Câmara Municipal, que celebre com a **DouroGas Propano – Companhia Comercializadora de Propano, S.A.**, um contrato de fornecimento de gás à Central de Camionagem nas exatas condições expressas no contrato celebrado com a mesma firma atinente ao Gimnodesportivo. O Técnico Superior acrescenta por último, que a rede de gás instalada não teve custos para o Município. – **Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer e celebrar contrato com a DouroGas Propano – Companhia Comercializadora de Propano, S.A., de acordo com a informação.** -----

Submeter este contrato plurianual à Assembleia Municipal para aprovação prévia, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 27 de fevereiro. -----

SECÇÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO: -

Proc. n.º 36/2008

Requerente: Padaria Vale da Vilariça, Unipessoal Lda.

Local: Zona Industrial de Santa Comba da Vilariça

Assunto: *Construção de Armazém destinado a Panificação e Casa de Habitação – Aprovação do Projeto de Alterações*, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de setembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. Em 21 de setembro de 2012, esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

Proc. n.º 11/2012

Requerente: Amélia da Conceição de Sousa Azevedo

Local: Loteamento Quinta dos Lagares – Lote 65 – Vila Flor

Assunto: *Construção de Moradia Unifamiliar e Anexos – Aprovação do Projeto de Alterações*, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de setembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. Em 21 de setembro de 2012, esta informação

mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, acrescentando que a requerente deve entregar o Projeto de Estabilidade (Alterações) no prazo de seis meses. – **Deliberado, por unanimidade, deferir nos termos do parecer. A requerente deverá entregar o Projeto de Estabilidade (Alterações) no prazo de seis meses.** -----

Proc. n.º 31/2012

Requerente: Ivone Maria Adão Ferreira

Local: Lugar do Sumagral – Macedinho – Trindade

Assunto: *Construção de uma Habitação Unifamiliar – Aprovação do Projeto de Arquitetura*, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de setembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja aprovado, devendo o requerente entregar os estudos técnicos em falta no prazo de seis meses. Em 21 de setembro de 2012, esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto de Arquitetura. A requerente deverá entregar os estudos técnicos em falta no prazo de seis meses.** -----

Proc. n.º 33/2012

Requerente: João Carlos Gomes Sansorda

Local: Loteamento Quinta da Pereira – Lote 8 – Vila Flor

Assunto: *Construção de uma Moradia Unifamiliar e Anexos – Aprovação do Projeto de Arquitetura*, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de setembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja aprovado, devendo o requerente entregar os estudos técnicos em falta no prazo de seis meses. Em 21 de setembro de 2012, esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto de Arquitetura. O requerente deverá entregar os estudos técnicos em falta no prazo de seis meses.** -----

Proc. de Licenciamento n.º 02/1998

Requerente: Irmãos Cyrne Pacheco, lda.

Local: Loteamento da Serra – Vila Flor

Assunto: *Loteamento da Serra – 1.ª Fase* – Presente a informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 21 de setembro de 2012, referindo que o loteamento em causa é titulado através do Alvará de Loteamento n.º 01/99, em nome de *Irmãos Cyrne Pacheco, Lda.* e rececionado provisoriamente em 17 de setembro de 1999. Mais informa, que em 20 de março de 2007, a impetrante requereu à Câmara Municipal a libertação de 1/3 da caução retida, n.º 02/1998, esta no valor global de 5.828,90 € (cinco mil, oitocentos e vinte e oito euros e noventa centimos), tendo esta sido oficiada através de Ofício n.º 99/SOHU, P.º DIV, em 22 de março de 2007, no sentido de solicitar à Câmara Municipal vistoria para efeitos de elaboração do Auto de Receção Definitiva. -----

Refere, ainda, que passados estes anos, se constata que o loteamento em análise apresenta algumas deficiências construtivas, designadamente ao nível de pavimentos. Em conformidade com o exposto, o Técnico Superior é de opinião que a requerente deve ser notificada para, no prazo máximo de sessenta dias, proceder aos trabalhos de reparação de todas

as anomalias existentes. Com o suprimento destas, deve a mesma requerer no Município a vistoria para efeitos do Auto de Receção Definitiva e, conseqüentemente, a libertação da caução retida. Expirado o tempo concedido sem que as obras sejam executadas, o Município deve usar o dinheiro em causa para executar os trabalhos de reparação. – **Deliberado, por unanimidade, concordar com o parecer técnico.** -----

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA: -

Requerente: André João de Seixas Gomes Cardoso

Local: Serrinha – Valtorno

Assunto: *Pedido de Viabilidade de Construção de uma edificação destinada à fabricação de compotas e bebidas fermentadas de frutos*, no prédio rústico da freguesia de Valtorno, sito no Lugar da Serrinha, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 177, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de setembro de 2012, refere que, atendendo à proximidade da E.N., deverá ser solicitado o parecer da Estradas de Portugal, I.P.. Em 21 de setembro de 2012, esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, solicitar os pareceres necessários.** -----

REQUERIMENTO: -

Requerente: Maria Helena Valente Félix

Local: Rua Belmiro de Matos R/C – B – Vila Flor

Assunto: *Averbamento da licença de utilização* nº 12/08, de 23 de janeiro e respetivo auto de vistoria n.º 96/07, de 2 de outubro de 2007, do Prédio sito na Rua Belmiro de Matos R/C – B, da freguesia e concelho de Vila Flor, com a utilização de “Perfumaria e Bijutaria” em nome de Maria Laura Meda Dionísio Meireles, cuja informação de 19 de setembro de 2012, do Técnico Superior António Rodrigues Gil, não há inconveniente em que o pedido de averbamento da autorização de utilização em nome de Maria Laura Meda Dionísio Meireles seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

REQUERIMENTO: -

Requerente: Manuel do Nascimento Madureira

Local: Argila – Vilas Boas

Assunto: *Pedido de Emissão de Certidão de Compropriedade ou Ampliação do Número de Compartes*, datado de 21 de setembro de 2012, relativamente ao prédio rústico, composto de terra para centeio, sito em Argila, freguesia de Vilas Boas, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 2162 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 645/19950322 da freguesia de Vilas Boas, com a área de 6.230 m², tendo sido vendido a dois compradores, pretende a constituição de compropriedade de **duas frações**, de ½ para cada um dos compradores, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 21 de setembro de 2012, refere que o Município pode não se opor ao aumento de compartes, mas referindo que tal não significa concordância com edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime da REN ou RAN, consoante o caso. – **Deliberado, por unanimidade, passar certidão nos termos da informação técnica.** -----

Sendo onze horas e cinquenta minutos, foi declarada encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar e assinar a respetiva minuta da qual se elaborou a presente Ata que depois de aprovada e assinada vai ser exarada no respetivo livro de atas. -----

E eu, Cláudia Isabel Vilares de Carvalho Queijo, Técnica Superior, que a secretariei, redigi, subscrevi e assino. -----